

RESOLUÇÃO

FRENTE COMUM PRESENTE

EM DEFESA DA DIGNIDADE DOS TRABALHADORES E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!

O Governo insiste em não dar resposta a nenhuma das reivindicações da Proposta Reivindicativa Comum para 2021, num claro desrespeito pela legitimidade das propostas e pela justeza das soluções e pelo direito à negociação coletiva. Nessa linha o governo tem vindo a impor as mudanças que decide, unilateralmente, como se não tivesse de considerar no mesmo plano as propostas sindicais da Frente Comum. O governo tem um comportamento que é ilegal e democraticamente inaceitável.

Na verdade, o governo continua a premiar os bancos com milhões de euros, enquanto os trabalhadores da Administração Pública se vêem confrontados com a contínua desvalorização das carreiras e dos salários. Trabalhadores que garantem, todos os dias, a satisfação de direitos constitucionais e das funções sociais do Estado, para os quais se exige mais do que aplausos e elogios de circunstância.

É inaceitável que o Governo persista:

- Na distorção da Tabela Remuneratória Única;
- Num sistema de avaliação injusto que atira 75% dos trabalhadores para uma longa espera de 10 ou mais anos até, finalmente, conseguirem progredir;
- Na não consideração de todo o tempo de serviço cumprido para efeitos de progressão nas carreiras;
- Na falta crónica de pessoal nos serviços públicos e no conseqüente abandono dos seus utentes por falta das respostas a que têm direito;
- Na transferência de competências para os municípios de funções sociais do Estado, violando a Constituição da República Portuguesa e comprometendo a realização de direitos universais;
- Na desvalorização profissional e das condições de vida de milhares de trabalhadores que, sem desvalorizar outros, são fundamentais para o desenvolvimento do país e o bem-estar das populações.

O ano de 2020 comprovou e 2021 está a confirmar que só com serviços públicos de qualidade se dá resposta às necessidades das populações e é possível responder a situações de emergência ou de calamidade como as que resultam da pandemia sanitária e social que atravessamos. Apesar do desinvestimento nos serviços públicos, da não contratação dos trabalhadores necessários e da falta de equipamentos, conseguimos dar respostas ao nível da saúde, da educação, na resposta social, serviços de higiene e limpeza, entre outras.

É por isso imperioso e urgente que o governo assuma que estar ao lado dos trabalhadores é estar ao lado da defesa dos serviços públicos e, em última análise, de todos os cidadãos, principalmente dos que, atendendo à sua situação de fragilidade socioeconómica, mais precisam do apoio e da proteção do Estado.

Assim, **os dirigentes, delegados e ativistas sindicais**, presentes no Plenário Nacional de Sindicatos da Frente Comum, decidem:

1- Exigir:

- a) **A definição de um calendário e a abertura de negociações sobre a Proposta Reivindicativa Comum para 2021**, dando prioridade às seguintes matérias;
- b) **O aumento real dos salários, com um aumento mínimo de 90 euros por trabalhador e à consagração do salário mínimo nacional de 850,00 euros;**
- c) **A correção das distorções acumuladas na Tabela Remuneratória Única;**
- d) **O início das negociações, de acordo com o compromisso assumido pelo governo, com vista à revogação do SIADAP;**

2 – **Convocar uma Jornada Nacional de Luta para o dia 17 de março de 2021** em defesa dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública.

Porque não podemos parar quando o tempo é de agir, **perante a inexistência de respostas, a luta vai continuar!**

Lisboa, 19 de fevereiro de 2021